

maio de 2013

Saberes

Conhecimento e Cidadania

ILB, referência em capacitação profissional no Poder Legislativo

página 14

Programa Interlegis é fortalecido com a unificação do ILB

página 1

A importância da capacitação corporativa no setor público brasileiro

página 10

Interlegis



Instituto Legislativo Brasileiro



SENADO FEDERAL





Mesa Diretora
Biênio 2013/2014

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Jorge Viana
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá
2º Vice-Presidente

Senador Flexa Ribeiro
1º Secretário

Senadora Ângela Portela
2º Secretário

Senador Ciro Nogueira
3º Secretário

Senador João Vicente Claudino
4º Secretário

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa



Senador Flexa Ribeiro
Diretor Nacional do Programa Interlegis

Antônio Helder Medeiros Rebouças
Diretor do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB

Carlos Roberto Stuckert
Diretor Adjunto do ILB

Paulo Roberto Alonso Viegas
Diretor da Subsecretaria Administrativa e Financeira

Marcelo Azevedo Larroyad
Diretor da Subsecretaria de Ensino à Distância

João Henrique Pederiva
Diretor da Subsecretaria de Educação Superior

Waldir Rodrigues Pereira
Diretor da Subsecretaria de Treinamento

Ilana Trombka
Diretor da Subsecretaria de Formação e
Atendimento à Comunidade do Legislativo

Raimundo Nonato C. de Araujo Junior
Diretor da Subsecretaria de Planejamento e Fomento

Ricardo de Oliveira Ramos
Diretor da Subsecretaria de Tecnologia da Informação

Programa Interlegis é fortalecido com a unificação do ILB

Renan Calheiros é Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional

Jonas Pereira



O Programa Interlegis do Senado Federal acaba de completar 15 anos de existência. Nesse período, promoveu uma importante transformação no Poder Legislativo e se consolidou como o maior promotor da integração e inclusão digital de parlamentos na América Latina.

Hoje, estão interligadas na Rede Nacional Interlegis as 26 Assembleias Legislativas estaduais, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, além do Tribunal de Contas da União. Além disso, o Interlegis mantém convênios com 279 câmaras municipais.

É importante ressaltar que as atividades de capacitação do Senado, que antes

eram promovidas pelo Instituto Legislativo Brasileiro - ILB, pela Universidade do Legislativo - Unilegis e também pelo Interlegis, foram unificadas, como forma de racionalizar processos e rotinas, com maior eficiência, agilidade e redução dos custos. Com isso, certamente o Programa Interlegis se fortaleceu, porque agora conta com mais ferramentas para disseminar conhecimento na comunidade do Legislativo.

E essa disseminação de conhecimento, a nosso ver, é fundamental para aprimorar os serviços prestados pelo Legislativo nas diversas instâncias federativas, com benefícios concretos para a cidadania. De fato,

quando uma câmara municipal, por exemplo, se fortalece no exercício de suas competências, a sociedade ganha, na medida em que pode contar com leis mais sintonizadas com a realidade local.

No Estado Democrático de Direito, a transparência e o controle social da atividade pública são valores irrenunciáveis, que dependem, sobretudo, de um Legislativo forte, moderno e focado nas demandas da sociedade que representa. Eis aí o papel legítimo do Programa Interlegis, cujas ações, a exemplo do que já vimos nesses 15 anos, contribuem verdadeiramente para a melhoria do ambiente institucional no País.

Educação Legislativa para a Cidadania

A Revista Saberes, que ora é lançada, marca um novo ciclo nas ações de educação de qualidade, no âmbito do Senado e do Legislativo Brasileiro. É um novo ciclo cujos horizontes devem ser enxergados, sobretudo, a partir da história dos trabalhos e atividades desenvolvidos por instituições de capacitação tão valorosas como o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o Programa Interlegis e a Universidade do Legislativo (Unilegis).

Nesse contexto, é importante ressaltar que, a partir do Ato nº 3, de 2013, da Comissão Diretora do Senado Federal, houve uma racionalização das atividades de capacitação e de disseminação de conhecimentos promovidas pela Casa, por meio da união de esforços do ILB, do Interlegis e da Unilegis. Com isso, ganhamos mais eficiência e agilidade, com redução de custos e eliminação de redundâncias, para programar e executar a nossa missão. E a missão institucional do ILB é produzir, integrar e disseminar conhecimentos, para aprimorar o Legislativo Brasileiro, em benefício da sociedade.

Além disso, a capacitação dos quadros do Senado e do Poder Legislativo constitui um dos eixos estratégicos da gestão do Presidente Renan Calheiros, na perspectiva de que a disseminação de conhecimentos no Legislativo virá em favor da cidadania e do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle social.

Cumpra ainda observar que o Senador Flexa Ribeiro, Primeiro Secretário do Senado Federal e

a Mesa Diretora da Casa têm como meta a implementação de ações eficientes e efetivas que resultem no fortalecimento do Poder Legislativo, que é, de fato, o fórum institucional apropriado para referendar as escolhas políticas da sociedade, por meio dos seus representantes eleitos.

As ações do ILB e do Programa Interlegis estão, portanto, situadas nessa dimensão de estreitamento das relações do Legislativo com a cidadania. E a Revista Saberes, que hoje se apresenta aos seus leitores, pretende ser um dos instrumentos para ampliar a comunicação do Senado e do Legislativo com todas as instâncias da sociedade organizada, colaborando para o aprimoramento das nossas instituições.

A Revista Saberes, registro por fim, é resultado de um trabalho essencialmente coletivo. Em cada linha, em cada página, além dos conteúdos de autores externos, há contribuições valorosas das equipes do ILB e dos demais órgãos administrativos e legislativos que constituem o Senado Federal. À Gráfica do Senado, em especial, nossos agradecimentos pelo apoio a este projeto que ora se inicia.

Boa leitura a todos.

Helder Rebouças

Diretor Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro

EXPEDIENTE

Editora-chefe: **Iiana Trombka**

Jornalistas: **Débora Pais, Marco Antônio Maurício, Luiz Carlos Santana de Freitas, Camila Ferreira, Dayane de Oliveira, Letícia Pires**

Diagramação: **SEIMEL**

Acervo fotográfico: **Programa Interlegis, Agência Senado**

Revisão: **Débora Pais, Marco Antônio Maurício, Letícia Borges**

Tratamento de imagem: **Dayane de Oliveira**

Apoio Técnico: **Jornal do Senado**

Foto da Capa: **José Cruz - Agência Senado**

Ilustrações: **Vitor Marques Faria**

Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade Legislativa (SSFAC), do Instituto Legislativo Brasileiro

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB

Praça dos Três Poderes, Anexo E do Senado Federal, Via N2 CEP 70165-920 Brasília, DF
Tel. 61 3303 3999

www.senado.leg.br/ilb

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Seep

Modernização passa pela educação

SENADOR FLEXA RIBEIRO

**Primeiro Secretário do Senado Federal
Diretor Nacional do Programa Interlegis**

Moreira Mariz



O Senado Federal, ao longo de seus 190 anos de história, trabalha para fortalecer a nossa democracia. A Câmara Alta, como também é chamada, tornou-se mais conhecida ao longo do tempo, com a ampliação dos veículos de comunicação institucional e pela dedicação de seus membros, não só os senadores, mas também pelo esforço dos servidores. A missão de fortalecer a Democracia vai muito além dos debates nas comissões e nos plenários. O Senado promove também, num trabalho fundamental, o aperfeiçoamento das práticas legislativas, expandindo essas ações para todo o Brasil, através do Programa Interlegis, desde 1997, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Programa promove a modernização e a integração do Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, pautando sua atuação na busca por excelência na transparência e interação desse Poder com a sociedade. As novas tecnologias de que dispomos hoje são amplamente empregadas, diminuindo o custo e ampliando a capilaridade destas ações. Neste sentido, podemos hoje nos orgulhar de sermos parceiros importantes no processo de modernização de mais de 3.500 Câmaras Municipais nas 27 Unidades da Federação, que receberam ao longo dos últimos anos computadores e impressoras do Programa para se ligarem à Internet e colocarem suas informações à disposição dos cidadãos. O mesmo trabalho foi desenvolvido junto às Assembleias estaduais, fortalecendo e ampliando sua eficiência.

Oferecer a tecnologia apenas, porém, não é suficiente. É preciso dar condições para que essas ferramentas sejam usadas da melhor forma possível, em todas suas possibilidades e abrangências. Assim, o Interlegis tem a preocupação permanente de garantir treinamento, qualificação e educação presencial e a distância junto às Câmaras Municipais e Assembleias, formando todos os anos gestores públicos e servidores que atuam diretamente nos processos legislativos. Além de melhorar a qualidade interna destas casas fundamentais em nossa democracia, o Interlegis incentiva a criação de canais de participação cidadã e controle social do trabalho legislativo – algo absolutamente fundamental e condizente com o mundo atual.

Hoje está em pleno andamento um programa que prevê a capacitação de cerca de 700 Casas Legislativas Municipais. Numa metodologia eficiente, o Interlegis atende de forma particular cada Câmara de Vereadores, superando as dificuldades regionais, apresentando um diagnóstico e posteriormente formalizando a assinatura de convênios para a atuação conjunta. Entre 2010 e 2012 foram feitos 354 diagnósticos que resultaram em 354 planos de trabalho.

Outra ação fundamental do Interlegis - em que se aplica a tecnologia com o com-

promisso de promover a melhoria do legislativo é o da educação a distância. O Programa atendeu, de 2010 até hoje, quase trinta mil alunos, em 904 Câmaras Municipais, qualificando servidores e parlamentares de todo o legislativo brasileiro por meio de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem. Com certeza, temos muitos desafios pela frente. Mas temos também a convicção de que eles podem ser superados. Afinal, o sucesso que o Interlegis vem conquistando – sendo o permanente aumento do número de legisladores e servidores inscritos nos cursos um exemplo disto – apenas nos motiva. Ficamos com a certeza de que o fortalecimento da nossa democracia vai muito além dos discursos no plenário azul do Senado.

Tão importante quanto os pronunciamentos e debates travados em Brasília são as ações do Interlegis em cada município deste nosso imenso Brasil. Se nossa democracia é jovem, como costumamos dizer, é gratificante saber que ela tem buscado se qualificar para enfrentar os desafios do presente e do futuro e que o Senado Federal tem parcela importante neste processo. Assim como toda nação só pode se desenvolver com educação, esta é também imprescindível para o fortalecimento e enraizamento da democracia em nossa sociedade.

Novo ILB , união e força

Ato da Comissão Diretora do Senado Federal de fevereiro deste ano uniu, em um só, três importantes órgãos. O Instituto Legislativo Brasileiro incorporou, a partir de então, a Secretaria Especial do Interlegis e o órgão de educação superior Unilegis.

A estrutura recém-modificada resultou da postura de austeridade adotada pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciada poucos dias após sua posse. O ILB, sediado no prédio do Interlegis, conta agora com sete subsecretarias que vão dar continuidade à excelência na prestação de serviços de capacitação, bem como garantir que o Programa Interlegis, de integração e modernização do Legislativo, mantenha a rede de relacionamentos com a comunidade legislativa, em especial as assembleias e câmaras, construída em 15 anos de existência.

Helder Rebouças, diretor executivo do ILB, destacou o ganho com a fusão. “O

novo ILB incorporou o que as três áreas tinham de melhor, tanto em *expertise* quanto em capital humano”.

Para cada novo desafio, novos projetos. Na sede do instituto, trabalhos estão sendo desenvolvidos como o objetivo de fortalecer a rubrica ILB, tornando-a familiar a um público ainda maior. “Nossos cursos e treinamentos sempre tiveram reconhecimento devido à qualidade e aplicabilidade de seus conteúdos. Com a aproximação das câmaras e assembleias municipais, temos a oportunidade de expandir nosso poder de alcance para além da esfera federal”, sugere Rebouças.

A nova diretoria

O novo corpo diretivo do instituto está formado por um conjunto afinado com os temas capacitação e consultoria técnica. Conheça agora os novos diretores:

Arquivo Interlegis/ILB



ANTONIO HELDER MEDEIROS REBOUÇAS

Diretor Executivo

Doutorando em Direito pela UnB. Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará. É consultor de orçamento do Senado, tendo ocupado o cargo de diretor de Relações Institucionais na Presidência da Casa.



CARLOS ROBERTO STUCKERT

Diretoria Adjunta

Há 29 anos no Senado Federal. Graduado em Administração, pós-graduado em Ciência Política e Estratégia Nacional; Administração de Recursos Humanos e Marketing Estratégico. Possui vários cursos ligados ao setor público como desenvolvimento gerencial, gestão administrativa do setor público, entre outros. No Senado Federal desde 1984, Stuckert fez parte de diversas funções importantes para o funcionamento da Casa. Atuou como coordenador seccional, chefe de seção, chefe de serviço, encarregado de setor, diretor da Subsecretaria de Treinamento e diretor executivo do ILB.

RAIMUNDO NONATO JÚNIOR

Subsecretaria de Planejamento e Fomento

Formado em Direito, há 29 anos no Senado Federal. Tem vasta experiência nas áreas jurídica, orçamentária e administrativa do Senado Federal, tendo atuado no planejamento orçamentário e na divisão financeira da Casa. Foi diretor adjunto da Secretaria Especial do Interlegis e Jurídico do Programa Interlegis, além de diretor Administrativo-Financeiro TRE-MA e de assessor da Conjur - Diretoria-Geral do Senado Federal. Participou de várias comissões, entre elas a Comissão Permanente de Licitação e a Comissão de Procedimentos Contratuais do BID. Trabalhou como analista de planejamento e modernização na Presidência do Senado.



MARCELO LARROYED

Subsecretaria de Ensino a Distância

Graduado em Letras, com especialização em Educação a Distância pela Universidade Católica de Brasília (UCB); especialização em Língua Portuguesa pelo UniCeub; e Mestre em Teoria Literária pela Universidade de Brasília (UnB). Há 26 anos no Senado. Trabalha há 10 anos no Instituto Legislativo Brasileiro com a Educação a Distância. Foi coautor dos programas "Cidadania e dia-a-dia" e "Prosa e Verso" da rádio Senado e conteudista do curso "Ética e Administração Pública", do ILB. Coautor dos livros Novas tecnologias de informação, comunicação e expressão na educação não formal: experiências em educação corporativa). Brasília: Omni3 edições, 2011; e Educação a Distância em Organizações de Governo. Brasília: ENAP, 2006.



JOÃO HENRIQUE PEDERIVA

Subsecretaria de Educação Superior

Doutor em Ciências Sociais e Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB); contador e advogado; ex-Analista de Finanças e Controle Externo do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Consultor de Orçamentos, desde 1997, dirigiu a Subsecretaria de Finanças do Sistema Integrado de Saúde do Senado e assessorou a Secretaria de Coordenação e Relações Institucionais da Presidência da Casa, antes de dirigir a Subsecretaria de Educação Superior do Instituto Legislativo Brasileiro. Leciona nos cursos de Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Mestrado Profissionalizante em Administração do Programa de Pós-Graduação da UnB. Recebeu prêmio pelo melhor trabalho, na área de políticas públicas, em 2003, no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Tempo de Senado: 16 anos.





ILANA TROMBKA

Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo

Mestre em Comunicação Social pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Direito Legislativo pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e Bacharel em Comunicação Social/Relações Públicas pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Esteve à frente do serviço 0800 "A Voz do Cidadão do Senado Federal". Foi diretora da Subsecretaria de Relações Públicas; assessora da Secretaria de Coordenação Técnica e de Relações Institucionais da Presidência do Senado. Ocupou a função de chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Integração Nacional.

RICARDO DE OLIVEIRA RAMOS

Subsecretaria de Tecnologia da Informação

Graduado em Engenharia Civil e Especialista em Informática (UCB), Análise e Suporte de Sistemas (Electra) e Gestão de Tecnologia da Informação (UnB). Há 29 anos no Senado. Já trabalhou como engenheiro projetista/calculista, sendo um dos precursores do uso do computador para a engenharia. Trabalha em informática desde 1973, tendo sido programador, analista de sistemas e consultor, utilizando diversos equipamentos e linguagens. Criou *softwares* de Bancos de Dados reconhecidos internacionalmente e premiados no Brasil. Foi professor de informática por vários anos, em diversas disciplinas, em colégios de 2º grau, faculdades e cursos de pós-graduação. É palestrante regular em diversos eventos de tecnologia da informação. Trabalhou como consultor internacional do CNPq/IEL, da State University of New York e do Banco Mundial. Foi diretor técnico, diretor comercial e diretor de *marketing* de empresas de informática, hoje Sociedades Anônimas, de atuação internacional, além de instituições sem fins lucrativos. Atualmente é diretor ILB/Interlegis e membro do Conselho de Supervisão do Núcleo de Brasília da Fundação Softex - Tecsoft Brasília.



PAULO ROBERTO ALONSO VIEGAS

Subsecretaria de Administração Financeira

Graduado em Engenharia de Produção e em Direito; Mestre em Ciências Econômicas; Pós-graduado em Administração de Empresas e MBA em Gestão de Negócios. Foi coordenador de orçamentos e finanças na Advocacia-Geral da União (AGU); gerente no BNDES; e assessor na Presidência do Senado Federal. É consultor legislativo do Senado Federal, tendo atuado nas áreas de orçamento, finanças e controle, e de minas e energia. Participou da Comissão de Planejamento Estratégico e Prestação de Contas da Presidência do Senado Federal. Palestrante em cursos do ILB na área financeira e econômica. Professor Universitário nas áreas de economia, finanças e direito. Atualmente é professor do curso de Direito no Centro Universitário de Brasília (CEUB). Atualmente é Conselheiro do SIS. Tempo de Senado Federal: 10 anos.



WALDIR RODRIGUES PEREIRA

Subsecretaria de Treinamento

Graduado em Gestão Financeira. Foi diretor substituto da Diretoria Executiva e da Subsecretaria de Administração e Financeira do ILB. Chefe do Serviço de Treinamento Profissionalizante da SEEP; Chefe do Serviço da Área de Arrecadação e Pagamento da SEEP; membro de diversas comissões internas e secretário da Comissão Especial de Orçamento da SEEP/SF.

DIRETORIA DO NOVO ILB ELABORA O PLANEJAMENTO SETORIAL PARA OS PRÓXIMOS QUATRO ANOS

Nos dias 19 e 20 de abril, a diretoria do novo Instituto Legislativo Brasileiro, órgão de treinamento, capacitação e modernização do Senado Federal, reuniu-se para definir o planejamento setorial para os próximos quatro anos. Fortalecido por ato da Mesa Diretora que agregou todas as áreas vinculadas à Educação, o Instituto viu-se obrigado a rever seus objetivos de maneira a integrar a sua missão e as suas ações aos trabalhos desenvolvidos pelo Programa Interlegis e pela Unilegis. Como resultado das discussões, foi possível desenhar o Mapa Estratégico para o período de 2013 a 2016.

Com a condução dos especialistas em gestão estratégica no setor público Luiz Tostes, Paulo Tominaga e Fernando Melo, definiu-se que a missão do novo órgão é **produzir, integrar e disseminar o conhecimento para aprimorar o Legislativo em benefício da sociedade.**

Helder Rebouças, diretor executivo do ILB falou sobre a importância desse alinhamento: “Estamos organizando as atividades. Para tanto se faz necessário o planejamento das ações respeitando as diretrizes traçadas pelo Presidente da Casa, pelo Primeiro Secretário e pela Mesa Diretora”.

Os temas eleitos para nortear todo o funcionamento do novo ILB são: a capacitação do Legislativo, voltado para a capacitação de servidores do Senado Federal e

de parlamentares, buscando a implantação de uma educação corporativa; a inovação e a modernização legislativa, onde foram destacadas questões vinculadas à modernização das casas legislativas com provimento de tecnologia da informação e instrumentos de comunicação; o aprimoramento dos processos legislativos e de gestão e a ampliação do relacionamento virtual com os clientes; e, por fim, a busca de sinergia com instituições e com a sociedade para o fomento da participação cidadã, a integração das esferas do legislativo e a ampliação da transparência da atuação institucional.

O mapa da estratégia foi complementado com a relação de processos internos necessários para a consecução desses objetivos, com as ações de integração, aprendizado e crescimento necessários para apoiarem esses processos e, por fim, com as decisões de caráter financeiro que dão suporte para a realização de todas as determinações anteriores.

Tostes explicou a importância do Planejamento Estratégico: “No momento atual o planejamento torna-se algo de alta complexidade, porque é hora de operacionalizar a integração entre pessoas, equipes e processos que foram fundidos sem uma preparação anterior.”

Com o término da parte mais conceitual do trabalho novos passos devem ser dados. Uma nova sistemática baseada na construção de um portfólio de



projetos que materialize os objetivos estratégicos será adotada o que racionalizará os esforços em direção às decisões tomadas. Assim, de forma consistente,

o novo órgão, poderá contribuir para um Senado mais eficiente e que esteja cada vez mais próximo de seus pares e da sociedade.

A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO CORPORATIVA NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

João Henrique Pederiva,
Diretor da Subsecretaria de Educação Superior do ILB



Arquivo Interlegis/ILB

A Emenda Constitucional nº 19, de 1998, marcou um momento importante para a reforma gerencial da administração pública brasileira. Entre outros dispositivos, alterou o art. 39, § 2º, da Constituição Federal, para exigir que os entes federados mantenham escolas de governo, voltadas à formação e ao aperfeiçoamento dos servidores públicos.

De fato, a capacitação, o treinamento e o desenvolvimento profissional de tais servidores é um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para tanto, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados. Nesse contexto, as unidades responsáveis pela educação corporativa no âmbito da administração pública, conhecidas como escolas de governo, preocupam-se com a capacitação de servidores dos órgãos e das entidades a que se vinculam. O objetivo de tais escolas é a garantia de que os servidores públicos detenham os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias ao bom funcionamento das respectivas organizações.

As escolas de governo exercem papel semelhante ao das universidades corporativas. A implementação de um programa de educação corporativa objetiva não apenas a promoção do conhecimento e da aprendizagem organizacional, como também da criação e da gestão de conhecimento. Em outras palavras, além de re-

produzir o conhecimento já acumulado, as escolas de governo também precisam lidar com a disseminação do conhecimento produzido na sua esfera de atuação.

Contudo, as escolas de governo devem observância às características particulares da Administração Pública. São, dessa forma, verdadeiras unidades de educação corporativa do setor público, pois devem alinhar suas ações às políticas e diretrizes estratégicas do ente a que se vinculam e incorporar ao seu campo de influência atores externos, como forma de aperfeiçoar a capacidade do Estado em elaborar, implementar e acompanhar políticas públicas. Os desafios representados por esse conjunto de diretrizes são ainda maiores para as escolas de governo do Poder Legislativo, devido à multiplicidade de temas e demandas com que lidam os parlamentos.

Vale lembrar que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, incluindo as prerrogativas privativas do Senado Federal. A geração, a disseminação e a internalização de conhecimentos legislativos, mediante a elevação da competência individual e organizacional, é particularmente significativa para o Senado Federal, que desempenha funções típicas de estado e presta contas à sociedade, quanto à eficácia e à efetividade dos seus serviços.

O ILB é a escola de governo do Senado Federal. O reconhecimento dessa situação consta, inclusive, no credenciamento obtido junto ao Conselho Nacional

de Educação do Ministério da Educação em 2012, para a realização de cursos de especialização com foco no aperfeiçoamento gerencial do processo legislativo.

No começo deste ano, a Comissão Diretora do Senado Federal criou a Escola de Gestão na estrutura do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Ela é “responsável por planejar as ações de treinamento presencial, a distância e de pós-graduação destinadas a formar gestores para atuar na Administração do Senado Federal”. A Comissão Diretora atribuiu à Subsecretaria de Educação Superior do ILB o planejamento, o acompanhamento, a coordenação, a orientação e o controle das atividades educacionais de graduação, pós-graduação, extensão e cursos sequenciais, e das atividades correlatas. No momento, o foco é a Escola de Gestão e o credenciamento recebido do MEC, sem prejuízo de capacitações e treinamentos no futuro. Foram lançados os editais para a realização dos cursos de pós-graduação *latu sensu* (especialização) em Administração Legislativa e Direito Legislativo no segundo semestre de 2013.

Nosso objetivo é promover e difundir conhecimentos com excelência e ética, contribuindo, para o desenvolvimento do País, com atividades voltadas ao aprimoramento dos procedimentos legislativos, colaborar para o processo de pesquisa, integração e modernização dos parlamentos brasileiros e estimular o intercâmbio educativo-cultural com os legislativos estrangeiros.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: NAS CURVAS DO ESPAÇO-TEMPO

Marcelo Azevedo Larroyed

Diretor da Subsecretaria de Educação a Distância



Alguns anseios do ser humano, de tanto parecerem impossíveis, dormem na esfera do mito e do sonho. Dois deles:

. **Ubiquidade**: estar em mais de um lugar no mesmo instante;

. **Viagem no tempo**: transportar-se ao passado e ao futuro.

Nos primórdios, esse mito e esse sonho remetiam a divindades e seres mitológicos, não humanos; ou, depois, a uma tecnologia ainda não desenvolvida, na forma de colossais máquinas do tempo ou clonagens perfeitas – indivíduos replicados em corpo e mente, absolutamente iguais. Tais sonhos permaneciam assim, sonhos, embalados pela literatura, cine-

ma e televisão. Recentemente, a física quântica e novas descobertas científicas fazem-nos crer que num dia muito, muito distante, seremos ubíquos e passageiros com ida e volta ao passado e ao futuro.

Mas será que, de certa forma, isso já não é possível? Será que não nos libertamos do tempo e do espaço, em muitas situações? Não há, agora e aqui, máquinas e práticas que nos tornaram capazes de superar essas barreiras?

Há. Educação a Distância: esse é um dos novos túneis do espaço-tempo. Antes, agora, depois; aqui, ali e mais além. Esse é o alcance da EaD.

É possível a **viagem no tempo**. Com ela podemos emular o passado, repetindo-o quantas vezes quisermos. Uma aula pode ser lida, ouvida ou visualizada, e de novo, e de novo, sempre que necessário. *O museu de tudo* e a *enciclopédia de tudo*, também chamados de Internet, estão aí para nossa consulta e reflexão diárias.

Com EaD e Internet, a **ubiquidade** foi enfim alcançada. De nossa casa, do trabalho, da fila ou da ilha estudamos e compartilhamos informação, conhecimento e pontos de vista com pessoas que estão a milhares de quilômetros, e podemos nos multiplicar em muitas janelas, estudando em conjunto com pes-



soas de outros milhares de municípios, nas demais 26 unidades da Federação, e além, com indivíduos de outros países.

O incrível disso tudo é que convivemos, ao mesmo tempo, com salas de aula virtuais ou presenciais que podem tanto ser inovadoras, como também manterem estrutura, normas, prédicas e práticas com enorme semelhança às de três séculos atrás.

Hierarquia rígida professor>alunos, com os estudantes tratados em bando, não tendo suas peculiaridades de conhecimento prévio, aptidão e ritmo de aprendizado levados em conta; alunos amarrados ao saber do professor, e este, refém de um pseudopoder supremo de sabedoria absolutamente incompatível com a era da web. Todos esses, infelizmente, estão aprisionados pelo passado-que-se-mantém.

Para libertá-los, as novas tecnologias. Para libertá-los, os novos professores. E a Educação a Distância.

Com relação à sua sustentabilidade, sabemos que o custo da EaD tem caído em proporção inversamente proporcional à

preconizada pela chamada “Lei de Moore” – a capacidade de memória e processamento dos dispositivos tecnológicos mais que dobra a cada dezoito meses. Então, tem ficado mais barato e rápido o acesso ao conhecimento e às formas de compartilhá-lo.

Assim como no mito, podemos reconhecer no capacitar-se continuamente um desejo humano. Assim como na Física, as possibilidades de espaço-tempo abrem-se com o crescer constante da Internet e dos dispositivos que se capitalizam ou conjugam em benefício do conhecimento. A Educação a Distância está compromissada com os novos tempos.

Sempre se poderá dizer que há desvantagens na EaD, e há. Incompleta como toda experiência humana, a Educação a Distância tem muito a aprender.

Isso é bom. Nas curvas do espaço-tempo, o descobrir está sempre além, e é no esforço desse alcance do imensurável que nos tornamos mais completos.

Por Marcelo Larroyed

REFERÊNCIA EM CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PODER LEGISLATIVO



Desde que foi criado em 1997, o ILB tem investido permanentemente na capacitação dos servidores do Senado e das instituições conveniadas. No seu artigo 378, o Regulamento Administrativo da Casa delega ao Instituto Legislativo Brasileiro a competência de “conceber, formular, executar e avaliar as atividades de formação, treinamento e capacitação de recursos humanos, inclusive de nível estratégico (consultores e gerentes) do Senado Federal, do Prodasen e do próprio Instituto e elaborar programas de estudos avançados em convênio com outros parlamentos”.

Além disso, atua em programas de intercâmbio formativo avançado com outros parlamentos nacionais e estrangeiros, merecendo destaque os países de língua portuguesa, como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe, e países do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai).

Esse trabalho colocou o ILB na vanguarda no esforço pela melhoria dos serviços prestados ao cidadão e ao parlamentar, por meio da otimização de recursos humanos cada vez mais preparados para suprir as demandas profissionais de alto nível. Essa vocação é lembrada pelo presidente da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL, Florian Madruga: “Os cursos do ILB são ministrados por profissionais experientes e especialistas nos mais diversos ramos do processo legislativo; o trabalho desenvolvido

tem proporcionado aos servidores do Parlamento Nacional o preparo necessário para o bom desempenho da sua missão de bem servir ao cidadão”.

Treinamento presencial

As ações oferecidas na modalidade presencial atendem às necessidades pontuais de treinamento nas áreas de estudos legislativos, sociopolíticos, jurídicos, orçamentários, de administração pública, comunicação social, informática, gestão, entre outros.

A distância

O ILB desenvolveu um sistema próprio para atender seus usuários via internet e oferece uma grande gama de cursos *online* permitindo que o servidor tenha acesso a conteúdos exclusivos, sem precisar se deslocar às salas de aula e, contudo, sem perder o nível de excelência de ensino do órgão.

Educação superior

A Subsecretaria de Educação Superior se destina a planejar e executar atividades educacionais de graduação, pós-graduação, extensão e cursos sequenciais. No segundo semestre deste ano, serão oferecidos cursos de especialização *lato sensu* em Administração Legislativa e Direito Legislativo. Para 2014, estão previstas turmas para especializações em Ciência Política e Comunicação Legislativa.

AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO: MAIS QUALIDADE PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS

O suporte de capacitação de agentes públicos e ações nas áreas de tecnologia da informação e comunicação executadas pelo Interlegis estão provocando melhorias positivas nos indicadores de desempenho das Câmaras Municipais de todo o país. Entre eles, merecem destaque o aumento da transparência, da qualidade e da eficiência dos trabalhos. Fatores que induzem naturalmente a recuperação da alta estima dos servidores e, conseqüentemente, a melhoria da imagem do Legislativo Municipal junto à comunidade.

Em reconhecimento a estes avanços, o Interlegis decidiu certificar as câmaras que se destacaram por ações em um ou mais pilares do Projeto de Modernização Legislativa — tecnologia, comunicação, informação e capacitação. “Sem dúvida, posso garantir que os cursos presenciais e a distância oferecidos pelo Interlegis foram decisivos para a melhoria da qualidade do trabalho dos nossos servidores e, principalmente, do atendimento à população”, afirmou o presidente da Câmara Municipal de Jardim do Mulato (PI), vereador Clidenor Leal. Durante o I En-Gial - Encontro Nacional do Grupo Interlegis de Assessoria Legislativa, realizado em novembro de 2012 em Campinas

(SP), a Câmara foi uma das 15 certificadas pelo Interlegis.

De acordo com o Presidente da Câmara Municipal de Natal (RN), Edivan Martins, o Interlegis ajudou a desenvolver ações de capacitação, troca de tecnologia e experiências, segundo ele “essenciais para o fortalecimento interno da Instituição”. Ainda integram a lista de certificadas as Câmaras Municipais de Catanduva (SP), Morretes (PR), Natal, Pouso Alegre (MG), Rolim de Moura (RO), Taubaté (SP), Teresina (PI), Campinas (SP), Apucarana (PR), Belém, Jaguarão (RS), Jataí (GO), Juazeiro do Norte (CE) e Votuporanga (SP).

Na Câmara de Teresina, as ações foram nas áreas de tecnologia da informação, comunicação e capacitação dos agentes políticos, servidores e comissionados, através de cursos presenciais e a distância, além da revisão e consolidação da Lei Orgânica e implantação do novo site com domínio .leg. O presidente Edvaldo Marques explicou o impacto das mudanças na rotina da Casa: “Na prática, têm melhorado a qualidade do trabalho dos servidores e o atendimento à população, além dos novos recursos em tecnologia da informação, programas e projetos, fundamentais para nossa modernização”, concluiu.

MESA DIRETORIA PRIORIZA QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES

“O processo de unificação do ILB, Interlegis e Unilegis irá possibilitar o aumento significativo de novas vagas para os cursos de capacitação e treinamento tanto dos servidores do Senado quanto de pessoas fora do âmbito do Legislativo.” A avaliação é da Diretora-Geral do Senado, Doris Peixoto, que estimula os servidores da Casa a procurarem cursos de atualização e reciclagem junto ao ILB. Ela cita, por exemplo, a pós-graduação, ora disponível com certificação do MEC, que permite ao Senado Federal atuar como formador de mão de obra especializada para todas as instituições do Poder Legislativo em todos os níveis.

“A partir do momento em que o ILB tornou-se o grande órgão de treinamento do Senado, entramos numa fase completamente nova, uma fase de formalização e treinamento dos nossos servidores. São estes cursos que trazem o viés da necessidade real do Poder Legislativo, do exercício do trabalho que os servidores do Senado precisam desenvolver não como um servidor, mas como o profissional de primeiríssima linha à disposição do Senado”, frisou Doris, ao garantir que o fortalecimento da atividade de treinamento tem total apoio da Presidência da Casa.

“Quanto mais qualificado for o quadro funcional do SF, melhor é para a Casa e para a Nação brasileira”. A afirmação é do senador Flexa Ribeiro,

Primeiro-Secretário e Diretor Nacional do Programa Interlegis, ao reconhecer a enorme competência do quadro de servidores da Casa. Ele garante que a intenção da Mesa Diretora é propiciar a esse quadro maiores oportunidades de melhorar a sua qualificação. “E nesse ponto o ILB e o Interlegis vem ao encontro dessa necessidade”, ressaltando também a oferta de vagas em os novos cursos de pós-graduação. “Então é uma ótima oportunidade que a Casa oferece aos seus colaboradores para que eles possam, através do curso de pós-graduação, melhorar a sua qualificação e estar, inclusive, abertos para o mercado, numa oportunidade de dar à Nação brasileira um cidadão mais qualificado para o exercício das suas funções”, finaliza.

Na mesma linha, o diretor Aires Neves, da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal enaltece a importância dos cursos de qualificação disponibilizados pelo ILB/Interlegis/Unilegis. “O curso representou um grande diferencial na qualidade do meu desempenho profissional. Uma das minhas preocupações, para ter o maior aproveitamento do curso foi equacionar os ensinamentos teóricos para o aproveitamento prático na minha atividade de gabinete parlamentar. A cada disciplina que fazia, buscava traçar uma ligação entre aquele conteúdo e minhas atividades do dia a dia. Isso causou impacto direto no meu desenvolvimento, posto que pude trazer para a rotina do ga-

binete toda sistematização que a teoria dos conhecedores e filósofos da administração fazem. É bom sempre buscar para a realidade vivida no seu ambiente de trabalho aquilo que é aprendido no curso”, sugeriu Aires Neves, que fez o curso de Administração Legislativa.

Rita Santos, consultora de Orçamento e coordenadora do curso de especialização de Administração Legislativa do ILB afirma que este curso responde a uma das necessidades mais prementes do setor público brasileiro hoje: a formação de quadro para fazer a gestão de equipe, a gestão de processo do trabalho e a gestão de informação no setor público. “A formação desses quadros é uma necessidade e estamos tentando contribuir por meio desse curso de especialização” resumiu.

Por sua vez, o chefe de Gabinete da Presidência do Senado, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, coordenador do curso de Direito Legislativo afirma: “ao buscar uma pós-graduação, o que se pretende é dar um instrumental ainda maior para o servidor, para que ele ajude o parlamentar a produzir normas de maior qualidade. Esse é um grande benefício para a instituição e a sociedade de forma geral, porque, na medida em que temos normas produzidas com maior qualidade e mais rigor técnico, seguramente, elas padecerão de menos risco de constitucionalidade, e conseqüentemente, teremos uma legislação mais limpa, mais eficaz e mais eficiente, que no fundo é o que a sociedade espera do Senado Federal e do Congresso Nacional com um todo”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

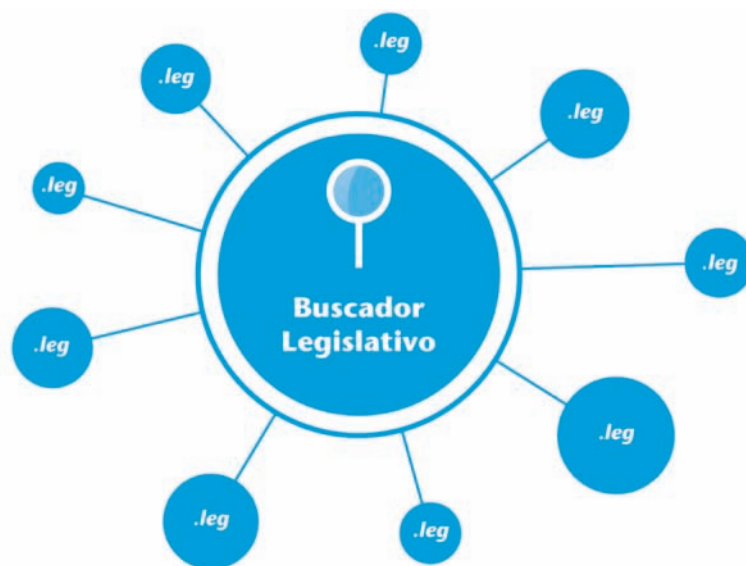
Vivemos na era do conhecimento e da informação, e o crescimento da demanda por novos conteúdos e inovações tecnológicas é proporcional à procura por profissionais cada vez qualificados, capazes de usar as tecnologias de informação para descobrir e aplicar essas inovações em seu processo de trabalho. Segundo especialistas, a fonte de produtividade e crescimento reside, justamente, na geração de conhecimentos mediante o processamento de informações.

Este é o desafio atual empreendido pelo Interlegis/ILB na missão da difusão desse conhecimento: disponibilizar ferramentas e serviços inovadores que contribuam para a profissionalização da gestão pública, envolvendo servidores e processos legislativos em seus três níveis. Desta maneira, o Interlegis/ILB passou a integrar um sistema de ensino articulado nacionalmente que busca oferecer suporte às atividades das casas legislativas, além de ministrar cursos de curta duração sobre temas, técnicas e procedimentos específicos do Parlamento, ao lado da oferta de cursos de formação acadêmica e profissional por meio de convênios e parcerias com instituições de ensino superior.

Integrante da estrutura do Interlegis, a Subsecretaria de Tecnologia e Informação é a responsável direta pela produção e difusão destes conteúdos e serviços tecnológicos e está dividida em duas áreas:

o Serviço de Infraestrutura Tecnológica – setor responsável pela manutenção da infraestrutura de computadores, aparelhos de comunicação, da rede interna do Interlegis e Rede Nacional Interlegis (RNI), e que liga as 27 unidades da federação em uma rede única, pela qual passa a videoconferência – e o Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento, que possui uma série de analistas responsáveis pelo desenvolvimento e prospecção de produtos.

Desde a sua concepção inicial, a parceria do Programa Interlegis com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem levado à adoção de produtos que possam ser fornecidos gratuitamente às casas legislativas. Essas ferramentas foram desenvolvidas em *software* livre (GNU/Linux, Zope, Plone, Python, Django, MySQL e PostgreSQL), com uma comunidade de desenvolvedores ativa, possibilitando o incremento gradual e colaborativo.



Entre os principais produtos oferecidos, destaca-se o Portal Modelo, um CMS para a confecção de portais na internet. De acordo com especialistas, esta é uma poderosa ferramenta que possibilita que os próprios técnicos das Câmaras Municipais confeccionem o portal da instituição e sua rápida disponibilização na Internet.

Outra ferramenta bastante compartilhada entre o Interlegis e os integrantes da rede é o SAPL, um sistema completo de gerenciamento do processo legislativo, que acompanha e registra todas as etapas de elaboração de uma lei no município. Também é muito procurado o SPDO, um sistema de protocolo e acompanhamento de documentos, permitindo que o uso de papel nas tramitações administrativas seja reduzido ao mínimo.

Os servidores e técnicos da Subsecretaria de Tecnologia também desenvolveram o SAAP, um sistema de apoio ao gabinete parlamentar, que contempla a automação das principais funções do gabinete.

Através do domínio .leg, a comunidade do sistema legislativo tem a possibilidade de registrar diretamente no próprio Interlegis o domínio na internet, sem intermediários e sem custo. Trata-se de uma iniciativa pioneira em nível mundial, que possibilita à instituição estadual ou municipal, não só economia de recursos, mas também flexibilidade e normatização de nomes de domínios. De acordo com especialistas do setor, a identidade do legislativo ficou mais forte com o .leg.

Por sua vez, o COLAB é um portal colaborativo contendo controle de versionamento, controle de *tickets* (solicitações), servidor de mensagens instantâneas e listas de distribuição (fórum).

E o mais recente produto, que será disponibilizado ainda no mês de maio, é o Buscador Legislativo – um sistema de busca em todos os portais do Legislativo Brasileiro. É uma espécie de “Google” do legislativo, evitando que as buscas retornem informações de *sites* comerciais ou que não contenham a informação procurada. Esse sistema usa a própria estrutura de busca dos *sites* participantes, o que não só facilita sua execução, como também economiza espaço, por não armazenar índices (é um metabuscador).

“Os produtos Interlegis tornaram-se ferramentas indispensáveis para a modernização de mais de 400 câmaras municipais brasileiras. Algumas casas, após receberem o apoio do Interlegis, promoveram tal nível de mudanças que atingiram até mesmo outras áreas das câmaras, como reformas de instalações, por exemplo”, afirmou Ricardo Ramos, diretor de Tecnologia da Informação.

Além de centenas de casas legislativas atendidas no Brasil, outros países, como Guiné-Bissau e Timor Leste, também se beneficiam, de forma gratuita, com fornecimento de programas fonte e serviços de hospedagem. Estes produtos podem ser utilizados de forma simples e rápida, inclusive por usuários não especializados.

INTERCÂMARAS: GOIÁS INOVA NA CAPACITAÇÃO MUNICIPAL

O Intercâmaras (Programa de Apoio, Desenvolvimento e Integração do Poder Legislativo), ao longo dos seis anos de atividades, é classificado por consultores e especialistas em gestão e capacitação como uma “experiência promissora e exitosa”. Desenvolvido pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, o programa conta com o apoio do Senado Federal, por meio do Interlegis e com a parceria institucional da Ordem dos Advogados do Brasil/GO, do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO), do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Criado na gestão 2007/2008, então presidida pelo deputado Jardel Sebba e implantado na gestão do deputado Helder Valin, o Intercâmaras tem como objetivo promover a capacitação e o aperfeiçoamento técnico de vereadores, assessores e demais interessados, fortalecendo os legislativos municipais, bem como interiorizando as ações e atividades desenvolvidas pela Assembleia Legislativa.

Praticamente todas as 246 câmaras municipais de Goiás já foram atendidas por algum tipo de ação do Intercâmaras. No primeiro biênio do Projeto, foram realizados 13 seminários regionais, com participação de representantes de 207 câmaras, e 1.258 vereadores, além de assessores e lideranças políticas. No segundo biênio, foram realizados sete seminários regionais, com a participação de 233 vereadores, além de centenas de assessores e lideranças políticas municipais.

Neste biênio, 2013/2014, o programa mudou seu foco. Em vez dos seminários regionais, a Assembleia de Goiás está promovendo cursos em sua sede, como o de Portal Modelo (que disponibiliza tecnologia para a construção de *sites* para câmaras municipais) com 108 câmaras inscritas. Outro curso, “O Papel da Controladoria nos legislativos municipais em parceria com o TCM” envolve a capacitação de 85 câmaras.

O Programa atua escolhendo uma cidade sede, que receberá o evento e mobiliza as câmaras municipais na microrregião da sede. Realiza palestras relacionadas a temas de interesse dos

legisladores, promovendo a integração entre os parlamentares e outras lideranças locais, por meio de projetos educativos, técnicos e científicos, que incluem seminários, palestras, cursos e debates. Os assuntos abordados são: processo eleitoral, controle externo, processo legislativo, lei de responsabilidade fiscal, entre outros.

“O Intercâmaras nasceu do desejo da Casa de buscar uma aproximação institucional com os legislativos municipais. Também estamos partilhando conhecimento ao oferecer oportunidades para que vereadores e assessores possam se preparar melhor para prestar serviços de excelência às suas comunidades. Interessante notar

que, ao ser compartilhado, o conhecimento se multiplica. Aprendemos muito sobre a realidade dos municípios goianos e, conseqüentemente, sobre nossa gente e nosso Estado”, afirma o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, deputado Helder Valin. “As pessoas estão redescobrimo o significado da palavra cidadania. Fazem questão de cobrar transparência, de acompanhar o mandato dos seus representantes. Todos os agentes políticos têm que estar preparados para esta nova realidade. Acreditamos que, com o Intercâmaras, todos nós vamos poder prestar um trabalho muito melhor à sociedade”, completou.

Arquivo Interlegis/ILB



ASSEMBLEIA DE RORAIMA ESTIMULA AÇÕES DE PROTEÇÃO À MULHER

Iniciativa da Assembleia Legislativa de Roraima transformou em Programa de referência uma preocupação nacional contra a violência à mulher: o Centro Humanitário de Apoio à Mulher (CHAME).

Originalmente, o CHAME foi desenvolvido com o objetivo de ser um Programa do Poder Legislativo para atuar no combate da discriminação, desigualdade e violência contra mulheres, oferecendo atendimento e acompanhamento humanizado de profissionais nas áreas social, psicológica e jurídica. Hoje ele também promove seminários, palestras, mutirões, fóruns e campanhas informativas, além de serviço gratuito de acompanhamento jurídico, psicológico e social à mulher vítima de violência doméstica e familiar. O centro já realizou mais de seis mil atendimentos e aproximadamente 108 atividades educacionais de prevenção.

Para fazer cumprir a Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, o CHAME conta com uma qualificada equipe multiprofissional, prestando assessoria gratuita e adequada para qualquer emergência. Ao todo, cinco psicólogas, três assistentes sociais e duas advogadas acompanham todo o processo de triagem, até o atendimento mais complexo.

“Hoje percebemos que as mulheres têm um maior conhecimento de seus direitos e com isto, os atendimentos aumentaram de 2011 para cá. A violência não cresceu, mas as mulheres se transformaram através do conhecimento”, afirma a coordenadora Regina Coimbra. Ela ressalta que o programa tornou-se

uma forte ferramenta de aproximação da Assembleia com a sociedade. E esta é a principal meta do presidente da Casa, Chico Guerra. “Nossa intenção é trazer o povo para dentro da Assembleia. A participação de cada cidadão é importante para o fortalecimento deste Poder, e com o trabalho de grande potencial do CHAME, vamos conseguir ajudar centenas de mulheres que sofrem todos os dias algum tipo de violência. Precisamos acabar com isso”, avalia.

Palestras preventivas e educativas também são oferecidas pelo CHAME nas comunidades. Os interessados devem agendar previamente com a coordenação do órgão para receber a equipe de multiprofissionais nos bairros onde moram, igrejas ou escolas. Ao longo destes quatro anos, o programa desenvolveu estratégias de interação e complementaridade entre serviços de atendimento a violência doméstica, buscando o fortalecimento do trabalho na rede, em que se destacam: a formação multidisciplinar permanente e os seminários intersetoriais, supervisão integradas de casos, participação de protocolo de fluxos e atendimentos, avaliação conjunta da resposta articulada dos serviços, em especial das respostas da Polícia, Ministério Público e Judiciário, discussão das expectativas e experiências de cada profissional da rede, treinamento em negociação de conflitos para profissionais da rede. O CHAME, através da parceria com universidades, recebe acadêmicos para estágio nas áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social.

TAUBATÉ PRIORIZA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Teoria e prática devem caminhar juntas para o enfrentamento de qualquer desafio, seja na vida pessoal, mas principalmente no exercício profissional de cada pessoa. Foi com este espírito empreendedor que os dirigentes da Câmara Municipal de Taubaté, São Paulo, apostaram na parceria com o Interlegis/ILB para aprimorar e qualificar os serviços e as atividades legislativas da Casa. O resultado concreto de todo o esforço focado na capacitação foi o reconhecimento com destaque à Câmara durante o I Encontro Nacional Grupo Interlegis de Assessoria Legislativa - GIAL, realizado no ano passado, em Campinas (SP).

Desde a criação da sua escola legislativa, a Câmara certificou quase duzentos servidores. A Casa também se destacou pelo desenvolvimento de ações na área de informação, processo que culminou com a aprovação da nova Lei Orgânica Municipal. Estas ações e serviços permitiram o aprimoramento das atividades legislativas em toda a região metropolitana do Vale do Paraíba.

O processo de capacitação e aprimoramento técnico do servidor público é um vetor essencial no esforço empreendido por toda Casa legislativa que prioriza a opção em aperfeiçoar e modernizar seus trabalhos, criando indicadores de metas e resultados. Focado neste processo, os dirigentes da Câmara de Taubaté não abrem mão da parceria exitosa com o Interlegis/ILB.

“Os servidores desta e de outras câmaras se sentem prestigiados em ter um servidor do Senado ou da Câmara dos Deputados em suas dependências ministrando cursos sobre temas tão importantes e, sobretudo, de interesse do Legislativo. Em nenhum outro lugar podemos encontrar pessoas tão capazes para explanar sobre tais assuntos. Penso que a verdadeira importância dos cursos reside nesse atendimento individu-

alizado às nossas demandas, onde muito se conversa no sentido de procurar acertar a forma como será atendida uma demanda, com planejamento e com a consequente oferta do curso mais adequado”, afirmou professor Fábio Moutinho, diretor da Escola Legislativa da Câmara de Taubaté.

Segundo o professor, os cursos de capacitação oferecidos pelo Senado resultaram em mudanças significativas na forma de prestação de serviços e mesmo na realidade da Casa. “É de se destacar que o último curso, de Orçamento Público, já demonstrou resultados práticos, com discussões e a elaboração de emendas à LOA 2012.” Já o gerente legislativo Luiz Rodrigo, acerca dos cursos de capacitação oferecidos pelo Senado, frisa: “Os *workshops* sobre lei orgânica do município e sobre regimento interno de Câmara Municipal realizados na Assembleia Legislativa de São Paulo em 2011 provaram que, diferentemente do que poderia sugerir a distância, os consultores do Senado Federal estabeleceram uma rica relação de proximidade com a realidade dos municípios. Já a palestra ministrada pelas consultoras do Senado Federal em 2012 foi a mais produtiva aula sobre orçamento público que já presenciei, no sentido de identificar com absoluta franqueza as responsabilidades e os pontos fracos existentes no processo de elaboração orçamentária, comum a quase todos os municípios”.

No ano passado, os servidores da Câmara Municipal, através da parceria com o Interlegis/ILB, foram capacitados nos cursos BrOffice, Cerimonial Legislativo, Excelência no Atendimento, Gestão de Convênios e Conhecimento Legislativo, Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal, ao Direito Administrativo e ao Orçamento Público, Licitações e Contratos, Noções de Administração, Organização de Gabinete, Práticas em Jornalismo Legislativo, Técnicas de Oratória e Avaliação de Políticas Públicas.

CÂMARAS EM AÇÃO

Pioneirismo no estado

A Câmara de Sinop, em Mato Grosso, está se preparando para ser a primeira câmara de vereadores do estado a implantar todos os produtos Interlegis, otimizando seus serviços nas áreas de comunicação, informação e produção legislativa.

Ao aderir ao Programa em dezembro de 2012, a Casa estará apta até o final do semestre a utilizar os sistemas de Apoio ao Parlamentar (SAP) e de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL). Antes, será desenvolvida a nova página da Casa, totalmente construída dentro da plataforma Portal Modelo. Com o novo sistema a página da internet deixará de usar o domínio .gov e adotará o domínio .leg.

A economia anual com a hospedagem e manutenção do *site* dentro do Portal Modelo está estimada em 15 mil reais. Outro benefício é a padronização de toda a documentação e a digitalização do acervo.

Pioneirismo no mundo

A Câmara de Catanduva, no Estado de São Paulo (SP), foi a primeira instituição a usar a nova forma de identificação de uma Casa legislativa na rede mundial de computadores, o domínio .leg. O responsável pela área de informática da Câmara de Catanduva, Luciano De Fázio, lembra que a mudança em nada alterou o conteúdo do portal. "É como se fosse a mudança do nome da rua; muda o nome no envelope, mas a carta continua chegando à casa do destinatário", declarou.

Desde 2001, a Câmara utiliza o SAPL - Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, *software* livre desenvolvido pelo Programa Interlegis - Senado Federal. Por ser pioneira no uso de produtos tecnológicos do Interlegis, em 2011, o órgão promoveu um Encontro Legislativo especial para comemorar os 10 anos do SAPL. Na ocasião, a Casa passou também a ser o primeiro parlamento municipal a fazer parte permanente da rede de videoconferências do Interlegis.



PRODUTOS INTERLEGIS, SOLUÇÃO PRÁTICA E ECONÔMICA PARA AS CÂMARAS

Desde abril, a Câmara de Santa Rita do Tocantins utiliza os produtos Interlegis. A partir de agora, a Casa está se valendo do serviço de hospedagem que lhe permitirá utilizar os sistemas de Apoio ao Parlamentar (SAP) e de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), além do Portal Modelo dentro da infraestrutura do ILB. As vantagens desta modalidade de serviço são muitas, entre elas, economia, uma vez que o Portal Modelo, por exemplo, elimina os custos com criação e manutenção do

site, agilidade nos processos e todo um resguardo técnico e tecnológico para sustentar sistemas modernos, elaborados especificamente para a realização de serviços do universo legislativo.

Adquirir estes produtos é uma medida simples. Com um ofício é possível a qualquer câmara municipal que disponha de uma rede, beneficiar-se de uma lista de produtos cada vez mais crescente, que desde maio inclui um programa de buscas específico do Legislativo.



O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E OS ENTES SUBNACIONAIS

Fernando Mariano

Consultor Legislativo do Senado Federal, na área de Educação

As disparidades de atendimento e de qualidade da oferta de ensino entre os sistemas educacionais geram juízos de toda a sorte. Não raro, aponta-se o sistema federativo como responsável por parte das mazelas e vicissitudes da educação brasileira. Mais do que isso, há quem sugira a superação desse pacto como forma de dar cabo ao problema comum aos estados e municípios: muitas atribuições e poucos recursos.

Chamamos atenção para os mecanismos de ajuste do pacto federativo dados pela própria Constituição, como é o caso do regime de colaboração previsto no art. 211. Esse regime prevê a atuação prioritária dos municípios na educação infantil e no ensino fundamental, e dos estados nos ensinos fundamental e médio. Para a União, o regime reserva as funções redistributiva e supletiva, de assistência técnica e financeira aos entes subnacionais, para equalização de oportunidades educacionais e garantia de padrão mínimo de qualidade.

O art. 214 da mesma Carta indica o Plano Nacional de Educação (PNE) como instrumento articulador do sistema nacional de educação. Como tal, o PNE deve harmonizar as ações dos diferen-

tes entes federativos na educação. Mais do que isso, deve assegurar o alcance do objetivo republicano de reduzir a extrema desigualdade educacional e gerar condições para o desenvolvimento sustentável do País.

O contexto atual, em que se discute o novo PNE decenal, afigura-se oportunidade ímpar para a intervenção de todos os atores políticos comprometidos com a resolução dos problemas da educação brasileira.

O Brasil tem hoje 57 milhões de alunos matriculados na educação formal. Somente na educação básica são mais de 50 milhões de alunos, sendo 42 milhões (83,5% da matrícula total) matriculados em escolas públicas. As redes municipais, sozinhas, respondem por mais de 23 milhões de matrículas, ao passo que as estaduais atendem quase 19 milhões de estudantes.

Na educação superior, de acordo com o censo de 2011, os estados e municípios participam com 668 mil matrículas, 42% das matrículas públicas, quase 1,6 milhão de alunos. Aqui, deve-se considerar o esforço de ocupar lacunas deixadas pela União, cruciais para o desenvolvimento local, sem reconhecimento pelo regime de

colaboração. Afinal, qual a retribuição recebida por esses entes por sua atuação em área em que a União é omissa?

Essa breve radiografia dá-nos uma noção do peso e da importância dos entes subnacionais na oferta de educação no País. Do mesmo modo, temos ideia da distorção que existe entre atribuições e meios para enfrentá-las. Enquanto o País gasta cerca de R\$ 12 mil com um aluno da educação superior por ano, os estados e municípios, na média, investem pouco mais de R\$ 2 mil por aluno. Quais são as consequências dessa disparidade? É difícil nomeá-las, pois são muitas. De antemão, há dificuldades até de cobertura. Ou seja, de criação de vagas, que demanda despesa continuada com instalações e professores, mesmo sem a formação adequada. Daí, é desnecessário falar em baixo desempenho escolar.

Certo é que, juntos, municípios e estados respondem por fatia expressiva da educação brasileira. Assim, sua atuação é determinante para o futuro do País. Se o ensino fundamental já foi universalizado, à custa, basicamente, dos orçamentos próprios, muito ainda há a ser feito. Em 2016, por determinação constitucional, deveremos ter vagas para todos com idade para ir à pré-escola ou frequentar o ensino médio. É certo que a ampliação da cobertura, em face das diferentes condições fiscais, recairá sobre os entes e as regiões mais pobres.

Serão necessárias mais de três milhões de vagas no ensino médio e um milhão na pré-escola. Além disso, pelo PNE, deverão ser oferecidas cinco milhões de vagas em creches até o fim do plano.

Em que pese a magnitude desses desafios, que se somam a outros, como a valorização dos professores, o novo PNE não será visto como panaceia, mas, diferentemente do anterior, pode atenuar os desequilíbrios gerados pelo federalismo brasileiro. Para tanto, é crucial que atores sociais e políticos se mobilizem para, a partir da identificação das demandas locais e do planejamento para o seu atendimento, possam pressionar a União para tornar efetiva a colaboração prevista no art. 211. A forma com que o PNE está estruturado, com metas e estratégias, facilita essa ação do ponto de vista técnico.

Portanto, ao invés de aderir a propostas que subtraíam atribuições dos estados e municípios, a ocasião é de fortalecer as competências desses entes federativos e reforçar sua capacidade técnica e financeira para dar conta delas. O PNE é uma porta aberta para esse fim. Desse modo, é de suma importância a participação de assembleias e câmaras na discussão até mesmo das metas do plano aparentemente incumbidas apenas à União. Afinal é nos municípios e estados que se dá o impacto de todas elas.

PODER LEGISLATIVO E DEMOCRACIA: OS PARLAMENTOS COMO INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

As instituições políticas são importantes para a poliarquia, porque a democracia direta não é mais possível em sociedades de massa: foi substituída pela democracia representativa. A sociedade moderna reconhece a necessidade da existência de algumas estruturas mediadoras entre governantes e governados, e todas as formas de regimes políticos, quer democráticos ou não, introduziram inovações nas estruturas políticas a fim de tratar dessa necessidade. A democracia representativa contemporânea — como na formulação de Schumpeter (1947) — é definida pela presença de eleições, pelas quais certos cidadãos são designados e autorizados a tomar decisões pela coletividade. Embora, por definição, as eleições constituam a mais importante instituição política dos regimes democráticos, elas não são, em si e por si mesmas, suficientes para fazer a democracia funcionar. As eleições, como argumentou o autor, são o método pelo qual um regime democrático produz uma classe política. No entanto, a fim de se conformarem ao ideal democrático, as elites políticas devem permanecer confiáveis perante o eleitorado — devem estar ligadas aos cidadãos por vínculos formais de responsabilização. A democracia representativa, em outras palavras, depende da responsabilização po-

Timothy J. Power
Universidade de Oxford
timothy.power@lac.ox.ac.uk

Paula Cinquetti



lítica (*accountability*). Sem eleições, a representação não pode ser democrática; sem *accountability*, a democracia não pode ser representativa.

Os dois principais canais institucionais que ligam o Estado e a sociedade nos regimes democráticos continuam sendo os partidos e o Parlamento. Essas instituições, na realidade, são criações da moderna democracia representativa; desconhece-se a existência de qualquer democracia sem elas. Considera-se os partidos e o Parlamento tão importantes

para a legitimação e o domínio que quase todos os regimes políticos — até mesmo os totalitários — apropriaram-se dessas estruturas ou moldaram outras à sua imagem. Nos regimes não democráticos, os partidos e parlamentos têm desempenhado variados papéis, mas na democracia política existem certas expectativas claras quanto ao que estas instituições deveriam fazer. Espera-se que elas realizem a representação e a tomada de decisão, enquanto observam o imperativo especificamente democrático da responsabilização. Para a democracia efetiva, os partidos e o Parlamento devem ser geralmente vistos pelos principais atores políticos como desempenhando perfeitamente a função de representação confiável.

Nem sempre os Parlamentos são bem-sucedidos nas tarefas que lhes são atribuídas pelos teóricos da democracia. Sempre tiveram rivais no jogo da representação, mas hoje esses rivais estão mais visíveis e vibrantes do que nunca. Esse fato fez com que alguns estudiosos retirassem a ênfase de uma visão da democracia centrada nos Parlamentos, e a destacar os canais alternativos de representação — grupos de interesse, movimentos sociais, acordos corporativistas, entre outros — comumente encontrados em modernas ordens políticas (Schmitter, 1992). Além disso, varia imensamente a natureza dos Congressos e Parlamentos. Na América Latina, há uma impressionante variação na importância e força dos Congressos Nacionais nos sistemas políticos, mas, sem dúvida, existe uma



relação entre a efetividade das assembleias e as possibilidades para uma democracia sustentável. Os poucos casos, na América Latina, de democracias com inequivocamente longa duração — o Chile, a Costa Rica, o Uruguai — todos compartilharam a característica comum de Congressos importantes, efetivos e valorizados. Nesse sentido, recomendo a leitura de uma nova pesquisa preparada pela equipe de análise política do BID, em que é criado um novo indicador de institucionalização legislativa em 18 democracias da América Latina (Palanza *et alii* 2012; ver também Saiegh, 2010). O conceito de institucionalização legislativa, por sua vez, foi criado originalmente por Nelson Polsby em uma análise já clássica sobre o desenvolvimento histórico da House of Representatives americana (Polsby 1968).

Embora os acadêmicos possam discordar sobre exatamente o quanto devem ser “fortes” ou “importantes” os Parlamentos, tal fato não nos deve impedir de reconhecer a alternativa: existem fortes razões para se acreditar que as assembleias fracas são prejudiciais à democracia. Os Congressos fracos diminuem as possibilidades de negociação e de compromisso entre os atores políticos, aumentando a probabilidade de que as demandas sejam apresentadas pelo confronto. Parlamentos fracos significam normalmente, também, que os interesses populares estão sub-representados no sistema político, ao passo que as elites provavelmente continuarão

a ter fácil acesso aos tomadores de decisões. Finalmente, os parlamentos fracos diminuem a responsabilização democrática (*accountability*), especialmente em regimes presidencialistas.

Assim como os partidos políticos, os Parlamentos fornecem canais para o recrutamento político e para a representação de interesses societários, e são importantes para assegurar a “dominação legítima”, nas palavras de Max Weber.

Na maioria das democracias, os parlamentos nacionais são óbvios ímãs de recrutamento político e na prática constituem o principal terreno político sobre o qual as elites políticas interagem em terreno definido. Dessa forma, tanto na acepção popular quanto na acadêmica, os conceitos de “parlamento” e de “classe política” apresentam uma considerável sobreposição. Se concordarmos que a avaliação da classe política pelos cidadãos é um importante fator na determinação da legitimidade do regime democrático, então segue-se que a Parlamento nacional — incluindo os seus padrões de recrutamento, a política interna e o desempenho/resultado — é um ponto de partida fundamental para o estudo da consolidação democrática (Power e Zucco, 2011).

Como no caso dos partidos, os parlamentos nas democracias são frequentemente avaliadas pela sua capacidade de executar a função da representação. Isso não significa que a composição dos parlamentos deva necessariamente re-

fletir a distribuição de grupos societários: na prática, como afirmou Robert Dahl há 40 anos, isso nunca acontece (Dahl, 1971: 20-23). Significa, sim, que os parlamentos democráticos, símbolos máximos da soberania popular na democracia (Blondel, 1973), devem esforçar-se para garantir o *accountability*. Isto implica não apenas o imperativo óbvio de se tornar a própria parlamento confiável perante os eleitores que lhe deram um mandato — uma questão bastante delicada no Brasil — como também o papel singular da parlamento de controlar outros elementos do aparato estatal e fazê-los atuar, também, em favor dos cidadãos. Os sistemas de presidencialismo “puro”, que constituem minoria entre os sistemas democráticos, porém são regra geral entre os sistemas políticos na América Latina, conferem um papel especial ao Poder Legislativo na supervisão das atividades do Executivo. Avaliar a capacidade de representação de um Congresso latino-americano requer, pois, a observação tanto das ligações verticais entre cidadãos e legisladores quanto das relações horizontais de poder entre os ramos do governo (Lemos e Power, 2013).

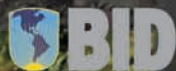
Na América Latina em geral, e no Brasil em particular, existem inter-relações críticas entre representação, responsabilização e a expansão da influência legislativa. Essa proposição é intuitiva para os acadêmicos familiari-

zados com a democracia e as instituições políticas na região, mas baseia-se também na antiga análise de Weber dos Parlamentos em processos de democratização (Weber 1974). Tal como a Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, o regime inspirador da hipótese de Weber, o Brasil do pós-autoritarismo enfrentou uma situação em que o regime que se retirava havia solapado e debilitado completamente o Congresso Nacional. O desafio que os dois regimes enfrentaram foi estabelecer a maneira como fortalecer e incorporar o parlamento em uma nova democracia. Na Assembleia Nacional Constituinte brasileira de 1987-88, esse desafio ocupava o primeiro lugar nas mentes de muitos políticos. Daí o fortalecimento das duas Casas na Carta Magna de 1988, como também os respectivos Regimentos Internos, reformulados e modernizados em 1989.

Em resumo, os partidos e o parlamento são instituições representativas estreitamente ligadas às origens da poliarquia. E embora o seu papel possa ter diminuído em muitos sistemas políticos, e novas formas de representação tenham surgido paralelamente, eles permanecem indispensáveis ao funcionamento da democracia moderna. A democracia política já está presente no Brasil, mas a consolidação desse regime significa torná-lo mais funcional e efetivo — por isso a atenção ao papel central do Congresso Nacional.

O Legislativo moderno e integrado

O Interlegis promove o desenvolvimento institucional do Poder Legislativo, modernizando Casas de Leis por meio de consultorias, capacitação e transferências de tecnologias especiais. Apóia também a integração dessas Casas, construindo uma grande comunidade virtual que incentiva a transparência, a melhoria da qualidade dos serviços e a participação cidadã no processo legislativo.



Interlegis



Instituto Legislativo
Brasileiro



SENADO
FEDERAL





“Produzir, integrar e disseminar o conhecimento para aprimorar o Legislativo em benefício da sociedade.”

Instituto Legislativo
Brasileiro



SENADO
FEDERAL

